

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Acompanhamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Desempenho nos Negócios

1. Resultados
Em 31 de Dezembro de 2016, o Banco apresentou lucro líquido no semestre de R\$ 25.121, contra um lucro de R\$ 4.972 apresentados no ano de 2015. O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$ 32.360 no exercício de 2016, na comparação com o mesmo período de 2015 o resultado foi de R\$ 14.246.

2. Ativos
O total de ativos atingiu R\$ 144.861 (31/12/2015 - R\$ 187.334), e é representado principalmente por:

Descrição	2016	2015
Aplicações Interfinanceiras	84.649	82.419
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	42.755	66.729
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	15.021	31.299

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 15.021, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 10.927, correspondente a 73% da carteira total, em 2015 correspondiam a R\$ 31.299 e R\$ 13.971, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/2009.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 128.429 (2015 - R\$ 110.434), composto da seguinte maneira:

Descrição	2016	2015
Capital Social	109.123	109.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	85	(289)
Reservas de Lucros	19.221	1.600

• **Agência de Rating**
As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Global	
Moody's (¹)	BR - 2	Baa1.br	NP	B1

(¹) Dezembro 2016

Governança Corporativa
1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes. Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:
Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.
Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

• **Ouidoria**
A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No exercício de 2016 e 2015 não houve abertura de demanda na ouvidoria direcionada ao Banco Original do Agronegócio.

• **Relacionamento com os Auditores**
De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 29 de março de 2017

Diretoria

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 15P194.580/O-6

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de Intermediação Financeira		10.241	49.028	29.239
Receita de Operações de Crédito	8.g	1.089	32.360	14.246
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	9.152	16.685	19.318
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	-	(17)	(4.217)
Resultado de Operações com Câmbio	-	-	-	(108)
Despesas da Intermediação Financeira		(453)	(4.694)	(14.649)
Operações de Captação no Mercado	13.a.1	(453)	(4.694)	(14.644)
Operações de Empréstimos e Repasses	-	-	-	(5)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		9.788	44.334	14.590
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.490)	1.144	(809)	-
Resultado da Intermediação Líquida		5.298	45.478	13.781
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(5.058)	(6.431)	(9.078)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	301	3.276	41
Despesas de Pessoal	20	(188)	(175)	(142)
Outras Despesas Administrativas	21	(4.649)	(8.243)	(8.917)
Despesas Tributárias	22	(532)	(1.095)	(958)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	-	-	29
Outras Receitas Operacionais	23	85	128	1.173
Outras Despesas Operacionais	24	(175)	(322)	(304)
Resultado Operacional		240	39.047	4.703
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		240	39.047	4.703
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	3.279	(13.904)	269
Provisão para Imposto de Renda	-	790	(1.963)	-
Provisão para Contribuição Social	-	612	(1.616)	-
Ativo Fiscal Diferido	-	1.877	(10.325)	269
Participações nos Lucros	-	(7)	(22)	-
Lucro/(Prejuízo) do Semestre/Exercício		3.512	25.121	4.972
Juros Sobre Capital Próprio		(7.500)	(7.500)	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações		0,0351	0,2512	0,0497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais		3.512	25.121	4.972
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		2.792	9.708	1.157
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/Exercício	8.e	4.490	(1.144)	809
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		4.490	(1.144)	809
Carteira de crédito	11	-	-	(29)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	-	-	35
Depreciações e Amortizações	21	144	330	453
Ajuste a Valor de Mercado	21	(1.877)	10.325	(269)
Tributos Diferidos	22	87	175	158
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	24	7	22	-
Provisão de Participações no Lucro	-	-	-	-
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		6.304	34.829	6.129
Variações em Ativos e Passivos		33.335	(33.927)	(17.677)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	(110)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	36.822	11.319	23.501	-
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	(70)	10	98	-
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(26.584)	16.278	82.152	-
Redução (Aumento) em Outros Créditos	1.392	(1.068)	4.280	-
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	16	2	-	-
Aumento (Redução) em Depósitos	(270)	(65.645)	(46.516)	-
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	2.899	(6.271)	(30.501)	-
Aumento (Redução) em Operações de Aceites e Emissão de Títulos	110	-	(214)	-
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	19.020	11.448	(65.125)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		39.639	902	(11.548)
Atividades de Investimento		-	-	-
Aquisição/Baixa de Imobilizado de Uso	1.375	1.373	-	-
Aumento de Capital Subscrito em Controlada	-	-	-	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		1.375	1.373	-
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		41.014	2.275	(11.548)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício		43.783	82.522	94.070
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício		84.797	84.797	82.522
Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		41.014	2.275	(11.548)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		104.015	-	1.736	-	14	-	105.765
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(303)	-	(303)
Utilização Reserva Legal	-	-	(405)	-	-	-	405	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.972	4.972
Destinações:								
Constituição de Reserva Legal	-	-	269	-	-	-	(269)	-
Aumento de Capital	-	-	5.108	-	-	-	(5.108)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		104.015	5.108	1.600	-	(289)	-	110.434
Mutações do Exercício		104.015	5.108	(136)	-	(303)	-	4.669
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		104.015	5.108	1.600	-	(289)	-	110.434
Aumento de Capital Homologação Bacen	16.a	5.108	(5.108)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	-	374	-	374
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	25.121	25.121
Destinações:								
Constituição de Reserva Legal/Estatutária	16.d	-	-	1.256	16.365	-	(17.621)	-
Juros sobre Capital Próprio	16.c	-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		109.123	-	2.856	16.365	85	-	128.429
Mutações do Exercício		109.123	-	1.256	16.365	374	-	17.995
Saldos em 30 de Junho de 2016		109.123	-	2.680	20.529	(138)	-	132.194
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	223	-	223
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	3.512	3.512
Destinações:								
Constituição Reserva Legal/Estatutária	-	-	176	-	-	-	(176)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária	-	-	-	(4.164)	-	-	4.164	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		109.123	-	2.856	16.365	85	-	128.429
Mutações do Semestre		109.123	-	176	(4.164)	223	-	(3.765)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional: O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 29 de março de 2017 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados. **b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 29 de março de 2017 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br. **c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008. **d) Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Nota 4. **e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável. **f) Títulos e Valores Mobiliários:** De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **• Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento. **• Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e **• Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2016 não haviam títulos mantidos até o vencimento. **g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações de cesso de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada. Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente. As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser

apropriadas de forma segregada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários:

	01/01 a		01/01 a	
	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.331	9.484	12.662	12.662
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.917	6.028	6.656	6.656
Resultado Renda Variável (*)	1.904	1.173	—	—
Total	9.152	16.685	19.318	19.318

(1) Resultado com ações da JBS S.A.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos: A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 26. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de: • Atender às necessidades dos clientes; e • Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros. O Banco segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e de não negociação (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras. As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Neste caso, diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração. As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: - Var Paramétrica, com nível de confiança de 99,99% e "holding period" estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira; - Stress Test; e - Stop Loss. Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente. Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3.082/2002.

Carteira Trading - dezembro/2016		Value at Risk		Dezembro/2015	
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	8.363	47	1.274	1.274
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	26	—	—	—
Milho	Preço do Milho CEPEA	25	—	—	—
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	1.862	270	2.178	2.178
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	248	—	—	—
Ação Bovespa	Índice de Ações Bolsa	13.314	14.474	10.432	10.432
Exposição com Correlação	Ação da Bovespa	18.291	14.033	10.623	10.623

Carteira Banking - dezembro/2016		Teste de Estresse		Dezembro/2015	
Risco	Média	Fechamento	Fechamento	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros	29.449	27.123	56.661	56.661	56.661

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado: A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Premissas para determinação de preços de mercado: Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação. Os valores de resultados das operações ocorridas no semestre estão demonstradas como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
Swap	—	—	—	—
Posição Ativa	—	63	71	828
ÍPCA (*)	—	63	71	828
Posição Passiva	—	—	—	(828)
ÍPCA	—	—	—	(828)
Diferencial Líquido	—	63	71	—

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Resumo	—	—	—	—
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	—	—	8	828
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	—	—	—	60.718
Total	—	—	8	61.546

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento:

Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	31/12/2016			31/12/2015		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	—	—	—	—	—	71
Total	—	—	—	—	—	71

Valores Referenciais dos Futuros*

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
DDI	—	—	—	59.356
DDI remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva)	—	—	—	1.362
Total	—	—	—	60.718

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$ 303 (31/12/2015 - R\$ 20.939), representados por NTN. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos:

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
"Swap"	—	—	—	—
DI	5	(8)	(3)	48
DDI	4	(18)	(14)	23
Moedas	—	—	—	(1.558)
Total	9	(26)	(17)	(4.217)

7. Relações Interfinanceiras: O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 34 ativo, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa:

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Empréstimos e Títulos Descontados	15.021	28.329	15.021	28.329
Empréstimos	15.021	28.329	15.021	28.329
Cédula de Produto Rural (CPR) (*)	—	—	—	—
Capital de Giro	—	—	—	—
Cheque Especial	—	—	—	—
Financiamentos	—	2.970	—	1.069
Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) (*)	—	—	—	—
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) (*)	—	—	—	—
Subtotal	15.021	31.299	15.021	29.398
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.927)	(13.971)	(10.927)	(13.971)
Total	4.094	17.328	4.094	15.427
Circulante	1.172	14.773	1.172	14.773
Longo Prazo	2.922	2.555	2.922	754

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada. (2) Instrumento originado pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia. (3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades:

	Parcelas Vencidas a Partir de 15 Dias e Vencidas até 14 Dias		Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 360 Dias		31/12/2016		31/12/2015	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Setor Privado	565	4.714	9.742	15.021	30.142	30.142	15.021	30.142
Rural	—	—	—	—	—	—	—	—
Indústria	—	—	—	—	—	—	—	—
Pessoas Físicas	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	565	4.714	9.742	15.021	30.142	30.142	15.021	30.142

c) Concentração de Crédito:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	15.021	100%	10.927	100%
50 Maiores Devedores Seguintes	—	0%	—	0%
Total	15.021	100%	10.927	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco: A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de Dezembro de 2016. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2016			
	% Provisão	Curso Mínima Requerida	Curso Normal (*)	Curso Anormal (*)	Total	Requerida	Total	Requerida
G	70%	13.648	—	—	13.648	9.553	13.648	9.553
H	100%	—	1.373	1.373	2.746	1.373	2.746	1.373
Total	—	13.648	1.373	1.373	15.021	10.927	15.021	10.927

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2015			
	% Provisão	Curso Mínima Requerida	Curso Normal (*)	Curso Anormal (*)	Total	Requerida	Total	Requerida
A	0,5%	1.138	—	—	1.138	6	1.138	6
B	1%	1.153	—	—	2.291	12	2.291	12
C	3%	2.124	—	—	4.418	64	4.418	64
D	30%	7.064	10.192	17.256	27.512	5.177	27.512	5.177
G	70%	—	3.050	3.050	6.100	2.135	6.100	2.135
H	100%	3.478	3.100	6.578	13.156	6.578	13.156	6.578
Total	—	14.957	16.342	31.299	31.299	13.971	31.299	13.971

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Constituição Líquida de Reversão Baixa para Prejuízo	—	—	—	—
Saldo Inicial	10.927	13.971	10.927	13.971
Circulante	(4.107)	(11.973)	(4.107)	(11.973)
Longo Prazo	(6.820)	(1.998)	(6.820)	(1.998)
Créditos Recuperados (*)	30.292	2.482	30.292	2.482

(1) Registrado como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito". No exercício de 2016, os créditos renegociados são de R\$ 21.783 (31/12/2015 - R\$ 12.453) e a PCLD é de R\$ 9.593 (31/12/2015 - R\$ 8.202) relativo às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 27.

f) Cessão de Crédito: f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros: De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de Dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período. Com Transferência Substancial de Risco: Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios no primeiro semestre de 2016 são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 33.253 conforme segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor da venda carteira ativa (*)	Valor da venda carteira baixada para prejuízo (*)	Valor da venda carteira ativa (*)	Valor da venda carteira baixada para prejuízo (*)
Valor da venda carteira ativa (*)	6.293	—	6.293	—
Valor da venda carteira baixada para prejuízo (*)	—	26.960	—	26.960
Valor total da Venda (*)	6.293	26.960	6.293	26.960

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e o mesmo montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa. (2) O montante de R\$ 26.960 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo. (3) O valor total da cessão foi feita com partes relacionadas.

g) Resultado de Operações de Crédito:

	01/01 a		01/01 a	
	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	—	—	—	—
Rendas de Empréstimos	(1.069)	2.068	11.213	11.213
Rendas de Financiamentos	—	—	568	568
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e) (*)	2.158	30.292	2.482	2.482
Perdas com Créditos Incobráveis	—	—	(30)	(30)
Total	1.089	32.360	14.246	14.246

(1) No exercício de 2016 o impacto de R\$ 26.960 nessa rubrica refere-se a recuperação de prejuízo com a cessão da carteira de crédito. (Nota 8.f.1).

9. Outros Créditos: a) Créditos Tributários:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Constituições	5.696	8.533	5.696	8.533
Reversões	(16.040)	(7.984)	(16.040)	(7.984)
Saldo Final	9.240	19.778	9.240	19.778

Saldo Inicial 54 **Saldo Final** 42

Constituições 378 1.149

Reversões (54) (1.137)

Saldo Final 378 54

a.1) Ativo Fiscal Diferido: Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018). Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado. O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Créditos Tributários" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Prejuízo Fiscal	Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	Base Negativa de Contribuição Social	Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.243	1.311	5.243	1.311
Provisão para Contingências Trabalhistas	172	10.247	172	10.247
Provisão para Despesas Administrativas	172	1.926	172	1.926
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	—	—	—	—
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	—	—	—	—
Ajustes Futuro - DI e DDI	104	(5)	104	(5)
Perdas em Operações de Crédito	2.236	—	2.236	—
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	15.679	—	15.679	—
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	15.679	—	15	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação e deduzida da participações do lucro e JCP	31.525	4.703
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(551)	(29)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	51	58
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	53	62
Base de Cálculo - CSLL	31.025	4.732
Base de Cálculo - IRPJ	31.027	4.736
CSLL - 20%	(6.205)	1.453
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(7.699)	(1.184)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.904)	269
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(13.904)	269

26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos: O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes. Neste sentido, o Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a necessária alocação de capital do Conglomerado. As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição. Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados. Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento

de riscos publicamente no website: www.original.com.br. **a. Gerenciamento de Riscos Operacionais:** Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Segundo a Resolução 3.380/06, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho. A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos. **b. Gerenciamento de Riscos de Mercado:** O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional. A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria. Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são: • VaR (Valor em

Risco); • Stress Test; • Stop Loss; • Análise de Sensibilidade. **c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez:** As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria. A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal. Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez. Os pilares que estruturam estas análises são: • Fluxo de Caixa; • Teste de Estresse; • Caixa Mínimo. **d. Gerenciamento de Riscos de Crédito:** Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas. A Diretoria do Conglomerado é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento. A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor a Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda a Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

27. Outras Informações: **a. Garantias Prestadas:** Em 31 de Dezembro de 2016, não foram concedidos avais de fianças a terceiros pelo Banco, mediante comissão que estão sujeitas a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.

A DIRETORIA

CONTADOR — Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0